



QUE NEGRA É ESSA? IMPACTO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NA TRAJETÓRIA DE JOVENS NEGRAS

SILVA, Eveline Pena da
Doutoranda no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas/UFSC
evelinepena@yahoo.com.br

MINELLA, Luzinete Simões
Professora no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas/UFSC
simoeluzinete@gmail.com

612

RESUMO

O presente artigo aborda questões preliminares a respeito do acesso de jovens negras ao ensino superior através das Políticas de Cotas, com o intuito de analisar se e em que medida esse ingresso influencia no processo de (re)significação identitária destas jovens, pertencentes a grupos que trabalham as questões étnicas e raciais através de manifestações artístico-culturais relacionadas à cultura afrodescendente. O texto foi estruturado em dois eixos básicos: o processo de (re)significação identitária, partindo de uma conceitualização inicial a partir da antropologia e da sociologia, e a Política de Cotas e o acesso de jovens negras ao ensino superior, a partir de um resgate histórico das Políticas de Ações Afirmativas e da situação das mulheres negras no ensino superior.

Palavras-chave: (Re)significação Identitária. Políticas de Ações Afirmativas. Mulheres Negras.

BSTRACT

This article discusses preliminary issues regarding access of young black women to higher education through the Quota's Policies, in order to examine whether and to what extent this influences the inflow of (re)signification process these young girls belonging to groups work ethnic and racial issues through artistic and cultural events related to culture African descent. The text were divided into two basic areas: the process of (re)signification, starting from an initial conceptualization from anthropology and sociology, and the Quotas's Politics and access to higher education for black youth, from a historical review of the Affirmative Action Policy and the situation of black women in higher education.

Key-words: (Re)signification Identity. Affirmative Action Policies. Black Women.



Introdução

Este artigo aborda questões preliminares a respeito do acesso de jovens negras ao ensino superior via Políticas de Cotas, com o intuito de analisar se e em que medida esse ingresso influencia no processo de (re)significação identitária destas jovens, pertencentes a grupos que trabalham as questões étnicas e raciais através de manifestações artístico-culturais relacionadas à cultura afrodescendente¹.

Entende-se que uma perspectiva interdisciplinar, a partir de uma abordagem histórica, sociológica e antropológica, proporcionará resultados mais interessantes para a investigação, uma vez que partimos da compreensão de que cada uma dessas áreas do conhecimento encontra-se em estreita relação com as demais, possibilitando contribuições teóricas e metodológicas mais ricas para análise do tema.

Além disso, a interdisciplinaridade se caracteriza por gerar constantes dúvidas e estar em permanente reelaboração. Atualmente vive-se um momento de reconstrução radical, que apela para a construção de novos paradigmas, novas categorias de pensamento, novas metodologias de pesquisa e novas formas de ensino, que tentam minimizar os efeitos do isolamento e da fragmentação das áreas (RAYNAUT, 2011).

Levando em conta esses pressupostos iniciais, pretendemos realizar um estudo comparativo sobre jovens negras das regiões sul e nordeste do Brasil, vinculadas a grupos que discutem as questões identitárias em suas articulações com a dimensão artístico-cultural, verificando se e em que medida sua inserção no ambiente universitário ocasionou mudanças em suas trajetórias.

Compreendemos que a escolha por grupos comprometidos com a herança cultural afrodescendente através da arte, mas não somente dela, pode também trazer diferentes contribuições ao processo de (re)significação identitária das jovens negras que deles participam, bem como apontar as especificidades das suas escolhas pela formação de nível superior. Pretendemos focalizar dois grupos, nas regiões selecionadas: a Associação Educativa e Cultural Didá², da cidade de Salvador/BA, e a Cia de Dança Afro Euwá-Dandaras³, da cidade

¹ O texto foi elaborado a partir do projeto de tese intitulado “Que negra é essa? Um estudo sobre o impacto do acesso ao ensino superior na trajetória de jovens negras”, apresentado ao Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina, Programa no qual ingressei em março de 2014. Este artigo representa um avanço nas discussões do meu tema de pesquisa durante o doutorado.

² A Associação Educativa e Cultural Didá é uma associação cultural e sem fins lucrativos fundada em 1993 e que atua promovendo gratuitamente atividades educativas com base na arte, englobando as manifestações populares criadas e mantidas pelos africanos e por seus descendentes. A base educacional está na transformação através do tambor, mais precisamente do samba reggae. O principal objetivo da Didá é a educação de mulheres e crianças através da arte. (Disponível em: projetodida.wordpress.com, acessado em 14 de julho de 2014.)

³ A Cia de Dança Afro Euwá-Dandaras tem uma trajetória de mais de dezesseis anos na cidade de Santa Maria/RS. Trabalha em prol do desenvolvimento e valorização da cultura afro-brasileira, através de atividades artístico-culturais, fazendo parte das oficinas da Associação dos QUE NEGRA É ESSA? IMPACTO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NA TRAJETÓRIA DE JOVENS NEGRAS. SILVA, Eveline Pena da, MINELLA, Luzinete Simões



de Santa Maria/RS. No entanto, estas opções estão sujeitas ao desenvolvimento das etapas posteriores da pesquisa. Caso ocorram dificuldades de acesso a esses grupos, outros com perfis semelhantes serão selecionados.

O estudo comparativo sobre contextos distintos, principalmente no que se refere à herança sociocultural, se justifica na medida em que tornará possível refletir sobre o impacto das especificidades dos contextos regionais sobre as escolhas das jovens. Sabe-se, por exemplo, que deve ser muito mais complexo se reconhecer e se constituir como mulher negra no sul do país, onde a população é majoritariamente branca (78,74% segundo o Censo 2010). Daí a importância do trabalho desenvolvido pelos grupos organizados na reconfiguração das identidades das jovens negras, que passam a ter acesso a reflexões mais críticas sobre a sociedade, sobre preconceitos e discriminações. Partimos da hipótese de que a valorização do patrimônio cultural de origem africana pode influenciar também o entendimento destas jovens sobre o acesso ao ensino superior e sobre a Política de Cotas.

Neste sentido, o trabalho de organizações negras é muito relevante, podendo ser considerado um fator decisivo na (re)construção da identidade negra. Essas organizações são bastante relevantes até mesmo em Salvador, onde a maior parte da população é negra, uma vez que sem elas não haveria o mesmo sentido e o mesmo sentimento de negritude.

Para alcançar o objetivo desta investigação pretende-se realizar uma pesquisa etnográfica que, segundo Víctora (2000), consiste em um método de pesquisa que permite ao pesquisador compreender práticas culturais dentro de determinados contextos sociais, possibilitando assim o estabelecimento de relações entre fenômenos específicos e uma determinada visão de mundo. Em função disso, o método etnográfico tem como base a ideia de que os comportamentos humanos só podem ser entendidos e explicados adequadamente se o contexto social for levado em consideração.

Um dos elementos fundamentais deste método é o trabalho de campo, ou seja, a imersão do pesquisador no universo que deseja compreender. Somente essa imersão permite a construção de um conhecimento, baseado no confronto entre as hipóteses de pesquisa e as observações propriamente ditas.

O interesse pela situação das mulheres se justifica na medida em que elas têm sido relegadas a uma posição de inferioridade em relação aos homens, sendo esta posição defendida



e referendada pela Ciência. Segundo Simone de Beauvoir (2002), a Biologia tem insistido em demonstrar que, em média, a mulher é menor que o homem, menos pesada e seu esqueleto mais frágil, a bacia mais larga, suas formas mais arredondadas, sua força muscular muito menor, sua capacidade respiratória é inferior, os pulmões, a traqueia e a laringe são menores, o peso específico do sangue é menor, são mais instáveis. Muitos desses traços seriam, segundo a Biologia, resquícios da subordinação da mulher à espécie. De acordo com a autora, o termo “fêmea” soa como um insulto, é pejorativo, não porque enraíza a mulher na Natureza, mas porque a confina no seu sexo.

Esses dados físicos, tal como interpretados pela Biologia, são de extrema importância, pois desempenham, na história da mulher, um papel de primeiro plano, são um elemento essencial de sua situação. Sendo o corpo o instrumento do nosso domínio do mundo, este se apresenta de modo inteiramente diferente se for apreendido de uma maneira ou de outra. A ênfase na crítica a uma visão biologista da mulher constitui uma das grandes contribuições da autora. Através dessa crítica, ela conclui que o corpo é a chave que permite compreender a mulher, mas nem por isso deve-se reforçar a ideia de que este corpo constitui um destino imutável para ela, não bastando para definir uma hierarquia dos sexos, além de não explicar porque a mulher é vista como “o outro” e, principalmente, não a condena a conservar para sempre essa condição subordinada (BEAUVOIR, 2002).

Em termos gerais, pode-se dizer que a mulher sempre foi vista como um sexo frágil e dependente do seu companheiro, independente de sua cor. Mas a situação da mulher negra é ainda pior. Ela é marcada por um contexto histórico de exploração sexual, violência e não permissão do exercício de sua liberdade plena, e acaba vivendo uma situação de dupla discriminação: ser mulher em uma sociedade machista e negra em uma sociedade racista (MUNANGA, 2006).

Essa discriminação racial na vida das mulheres negras é uma constante e não pode ser tratada como elemento secundário, destacando-se apenas a problemática econômica e social. Ainda há uma grande dificuldade da sociedade brasileira em assumir a questão racial como algo que precisa ser enfrentado diante do discurso dominante de que os combates das desigualdades sociais são suficientes para reparar também as desigualdades raciais.

Exemplo disso são as constantes polêmicas a respeito das Políticas de Cotas nas universidades, principalmente com relação às cotas raciais. De acordo com Messias e Silveira



(2012), essa resistência ocorre em virtude de vários aspectos, desde os ideológicos, que entendem as cotas como uma discriminação que levaria a racialização do ambiente universitário, até aqueles que entendem que as cotas raciais são desnecessárias, pois as cotas sociais já dariam conta de superar as desigualdades existentes, inclusive as raciais, uma vez que a maioria dos negros é também pobre.

Deste modo, percebe-se que vários setores da sociedade ainda não assimilaram a adoção de cotas, principalmente as raciais, como medida necessária de combate ao problema da desigualdade racial. Deve-se considerar que tal política é de caráter restrito, tocando apenas no acesso dos afrodescendentes e dos indígenas ao ensino superior, um instrumento e uma medida emergencial, enquanto buscam-se outros caminhos para confrontar o racismo ainda persistente em nosso tecido social.

Neste sentido, é necessário entender a relação entre as categorias mulher e negro no pensamento acadêmico brasileiro hegemônico. Estas duas categorias são abordadas a partir de um mesmo princípio, referindo-se a uma condição essencial dada pela Natureza, tanto que, na maioria das vezes, as mulheres são vistas como portadoras de uma identidade feminina essencial, sendo, de alguma forma, todas iguais. Do mesmo modo, os negros também são vistos como uma categoria singular, ou seja, todos os negros são um “negro”. Mesmo sendo vistos como categorias unificadas, desnaturalizar a mulher se mostra mais fácil do que desnaturalizar o negro, uma vez que o conceito de gênero permitiu enfatizar os aspectos socioculturais da experiência das mulheres, o que não aconteceu com o conceito de raça (FIGUEIREDO, 2008).

A partir dessas questões preliminares, o texto será estruturado em dois eixos básicos: o processo de (re)significação identitária, partindo de uma conceitualização inicial a partir da antropologia e da sociologia, e a Política de Cotas e o acesso de jovens negras ao ensino superior, a partir de um resgate histórico das Políticas de Ações Afirmativas e da situação das mulheres negras no ensino superior.

I. O processo de (re)significação identitária

Em uma abordagem antropológica, para alguns cientistas sociais brasileiros, como Roberto Cardoso de Oliveira (1976) e Manuela Carneiro da Cunha (1979) a origem moderna da teoria da identidade estaria nas obras de Barth (2000), o qual em 1969 caracterizou os grupos

sessenta anos (SILVA, 2014, p.38).



étnicos como organizações sociais em que as pessoas se incluem ou são incluídas pelos outros. O conceito de grupo étnico, para Barth, não se limitava a uma “unidade portadora de cultura”, mas definia-se, acima de tudo, como “um tipo organizacional”.

Numa perspectiva sociológica, temos as contribuições de Zygmunt Bauman (2005), que define identidade como autodeterminação, revelando-se como invenção e não descoberta, sendo, portanto, um esforço, um objetivo, uma construção, e de Stuart Hall (2011), mais interessado nas identidades culturais, ou seja, nos aspectos que surgem de nosso “pertencimento” a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais.

De acordo com Sansone (2008), dentre as várias identidades possíveis está a identidade étnica, na qual podem ser identificadas duas dimensões: os aspectos simbólicos e os aspectos sócio-organizacionais. A primeira delas, de natureza ideológica, consiste no uso simbólico de aspectos de uma cultura. Já a segunda, diz respeito ao fato de que os grupos étnicos procuram intensificar sua coesão interna, bem como reforçar o que o distingue de outros grupos.

Na pesquisa aqui proposta, a identidade em questão é a identidade negra que, de modo geral, transita em dois eixos básicos: a ideia de raça negra, na qual traços, como a cor da pele e a textura dos cabelos, exercem um papel identificador fundamental, e o mito da “Mama África”, que acredita que todos os negros do mundo estariam unidos através de uma essência originada da África (PINHO, 2004).

Para o antropólogo Kabengele Munanga (2009), a identidade negra está associada ao compartilhamento do sentimento de negritude por determinados grupos sociais. Para ele, a negritude é a afirmação e a construção de uma solidariedade entre as vítimas da discriminação histórica que atingiram diferentemente negros e negras. Assim, a identidade negra não está na cor da pele, mas sim em assumir a negritude e reconhecer em características físicas, como o corpo negro ou o cabelo crespo, vistos aqui como sinais diacríticos⁴ (CUNHA, 1987), algo que o diferencie de outros grupos sociais, mas que não signifique inferioridade, não se aceitando como inquestionáveis os padrões, estéticos ou não, colocados como ideais em uma sociedade, disseminados através da escola e da mídia.

Cabe aqui fazer uma observação, já que não se pode falar em identidade negra sem falar de raça, devido a seu caráter sociocultural. De acordo com Paixão e Carvano (2008), as primeiras concepções do termo raça dialogam com a variabilidade dos indivíduos em termos físicos, e esta variabilidade gira essencialmente em torno de suas aparências, principalmente

⁴ Traços ou características escolhidas por um grupo para identificá-lo e diferenciá-lo dos demais.



com relação ao grau de intensidade de pigmentação de suas peles, os tipos faciais, as cores dos olhos, o tipo de cabelos e a forma corporal.

Essa teoria, que correlaciona formas físicas, atributos culturais e escalas hierárquicas entre os tipos humanos, foi sendo desacreditada com os avanços científicos na área da genética, os quais apontaram para a inadequação da noção de raças humanas, interpretadas a partir de uma dimensão biológica. No entanto, apesar dos avanços, esta noção não desapareceu do imaginário e da ideologia de alguns segmentos sociais e é baseado nessa crença que se fundamenta o racismo e a discriminação sofridos pelos afrodescendentes no Brasil, uma vez que aqui o preconceito é de marca, ou seja, associado a traços fenotípicos, principalmente as feições, tonalidade da pele e tipo de cabelo, diferentemente do preconceito de origem, existente nos Estados Unidos, onde um indivíduo é considerado negro mesmo que não apresente essas características. Basta apenas ser descendente de um negro (NOGUEIRA, 2007).

Por outro lado, o termo raça permeia a perspectiva defendida pelos movimentos sociais de defesa dos contingentes historicamente discriminados. Tal ponto de vista se baseia na noção de raça estritamente como uma variante sociocultural, correspondente a um modo de constituição de padrões de solidariedade entre os discriminados, assim favorecendo sua ação coletiva em defesa da integridade física, legal e territorial.

Sendo assim, quando estes movimentos sociais antirracistas resgatam o termo raça, trata-se da recriação de uma perspectiva de pensamento que é sim racializada, porém não racista. É justamente o contrário, seu objetivo é combater o racismo e suas consequências deletérias. “Se é bem verdade que toda forma de pensamento racista possui uma fundamentação racializada, não necessariamente uma forma de pensamento racializada precisa necessariamente ser racista” (PAIXÃO e CARVANO, 2008, pp. 31-2).

É neste contexto que se inserem as Políticas de Ações Afirmativas. Segundo o Ministério da Justiça e a Secretaria de Direitos Humanos, estas Ações são medidas especiais tomadas pelo Estado e/ou iniciativa privada com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, visando garantir a igualdade de oportunidade e tratamento, além de compensar perdas provocadas pela discriminação, seja ela por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero ou qualquer outro (BERNARDINO, 2004). Entende-se então que é preciso focar as políticas públicas nos segmentos historicamente discriminados a fim de romper com as barreiras impostas pelo racismo e pela discriminação.



Ainda de acordo com a autora, pensar de maneira racializada é resultado de uma consciência racial na sociedade. Para ela, não são as ações afirmativas que farão a sociedade pensar nestes termos, uma vez que este pensamento já está posto na realidade social. O que estas políticas, sensíveis a cor da pele, propõem é desconstruir a atual atribuição de valores negativos à população negra através da desnaturalização do “lugar do negro” como um espaço subalterno.

II. A Política de Cotas e o acesso de jovens negras ao ensino superior

A política educacional brasileira pós-1964 foi marcada por uma forte estagnação da rede de ensino público, associada a uma expansão do ensino privado em todos os níveis de educação, desde a básica até a superior. A partir dos anos 1970, algumas parcelas da população, principalmente a classe média negra, já sentiam os efeitos danosos dessa política. Os jovens negros, para conquistarem um diploma de curso superior, viam-se forçados a recorrer à rede particular de ensino, obtendo diplomas muitas vezes desvalorizados no mercado de trabalho, o que acentuava ainda mais a discriminação racial de que eram vítimas (GUIMARÃES, 2003).

Deste modo, o método de ingresso – as provas de exame vestibular – para acessar as universidades públicas passou a ser realizado em um contexto de grande desigualdade de formação, motivada principalmente pela renda familiar. Os jovens de classe média e alta, que podiam cursar as melhores escolas, no caso as particulares, garantiam a maioria esmagadora das vagas disponíveis nos cursos das universidades públicas e gratuitas.

De acordo com o autor, quem inicialmente levantou a bandeira de luta por acesso às universidades públicas foram os jovens que se definiam como “negros” e se pretendiam porta vozes de uma grande parcela da população, pobre, preta e mestiça, de descendentes de escravos africanos, trazidos para o país durante mais de trezentos anos de escravidão. A partir de 1996, o então presidente Fernando Henrique Cardoso passou a dar mais espaço para que essa demanda,



formulada pelos setores mais organizados do movimento negro brasileiro, se expressasse no governo⁵.

Ainda de acordo com Guimarães (2003), razão para tal abertura não foi a sensibilidade sociológica do presidente, ou a relativa força social do movimento, mas, principalmente, a difícil posição enfrentada pela chancelaria brasileira em fóruns internacionais, cada vez mais frequentados por ONGs negras, devido à doutrina da “democracia racial”. O país que ostentava tanto o fato de não ter uma questão racial era repetidamente lembrado de suas “desigualdades raciais”, facilmente demonstráveis pelas estatísticas oficiais, sem poder apresentar em sua defesa um histórico de políticas de combate a essas desigualdades. Era em busca de uma saída política que o presidente queria trazer o debate sobre ações afirmativas para perto do governo.

Com esse pequeno resgate histórico, percebe-se que, concretamente, os mecanismos de adoção das chamadas Políticas de Ações Afirmativas no Brasil passam a ser debatidos nos três poderes da república nos anos 1990, constituindo-se como medidas legais apenas no início do século XXI⁶. No entanto, a reivindicação dos movimentos sociais na luta pela redução das desigualdades e o respeito dos direitos das minorias vem de longe, desde os anos 1960. Essa luta foi inspirada no caso dos Estados Unidos que adotaram, nos anos 1950, em resposta aos poderosos movimentos em defesa dos direitos civis, uma política de adoção de Ações Afirmativas, “exigindo que o Estado, para além de garantir leis antissegregacionistas, viesse também a assumir uma postura ativa para a melhoria das condições da população negra” (MOEHLECKE, 2002, p. 198).

Segundo Carvalho, Políticas de Ações Afirmativas são aquelas que visam

Corrigir uma história de desigualdades e desvantagens sofridas por um grupo racial (ou étnico), em geral frente a um Estado nacional que o discriminou negativamente. O que motiva essas políticas é a consciência de que essas desigualdades tendem a se perpetuar se o Estado continuar utilizando os mesmos princípios ditos universalistas com que tem operado até agora na distribuição de recursos e oportunidades para as populações que contam com uma história secular de discriminação. Não resta dúvida de que uma superação do quadro atual de racismo no Brasil exigirá a implementação de políticas de ações afirmativas generalizadas: no mercado de trabalho, nos concursos públicos, nas imagens publicitárias e televisivas e até mesmo nas políticas de saúde e moradia (2004, p.1).

⁵Em julho de 1996, o Ministério da Justiça organizou em Brasília um seminário internacional sobre ‘Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos’, para o qual foram convidados vários pesquisadores, brasileiros e americanos, assim como um grande número de lideranças negras do país.

⁶A partir de 2001, vários ministérios determinaram, através de portarias, o estabelecimento de cotas para negros e pardos no serviço público e, em 2003, é aprovada no estado do Rio de Janeiro a primeira lei que estabelece cotas de acesso ao ensino superior (50 % das vagas) para alunos oriundos das escolas públicas.

QUE NEGRA É ESSA? IMPACTO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NA TRAJETÓRIA DE JOVENS NEGRAS. SILVA, Eveline Pena da, MINELLA, Luzinete Simões



Tais políticas abrangem minorias étnicas, raciais, mulheres, portadores de necessidades especiais, enfim, grupos desfavorecidos na distribuição do produto social e atingem áreas como o mercado de trabalho, com a contratação, qualificação e promoção de funcionários, o sistema educacional, especialmente o ensino superior, e a representação política.

Estas ações têm como função específica a promoção de oportunidades iguais para pessoas vitimadas por discriminação. Desse modo, o objetivo é fazer com que os beneficiados possam vir a competir efetivamente por serviços educacionais e por posições no mercado de trabalho.

Para Moehlecke (2002), trata-se de valorização da diversidade, buscando conferir uma identidade positiva àqueles que antes eram definidos pela inferiorização, e supõe que a convivência entre pessoas diferentes ajudaria a prevenir futuras visões preconceituosas e práticas discriminatórias.

Segundo Messias et al (2007), observa-se no amplo debate que se instituiu em torno da legalidade e legitimidade das Ações Afirmativas que o sentimento racista que encobre práticas discriminatórias assume caráter disfarçado no Brasil, e que a aceitação do negro como sujeito social, com direitos iguais, ainda sofre resistências. O que caracteriza este debate é o fato de os discursos contra as Políticas de Ações Afirmativas colocarem-se explicitamente como não racistas, o que, mais uma vez, demonstra que no Brasil poucos se admitem como racistas, apesar de suas práticas discriminatórias, o que é exemplificado no sistema escolar, onde as imagens que são veiculadas sobre o negro reforçam estereótipos.

Estas ações vêm causando muita polêmica e discussões entre as várias camadas da sociedade. Há os que são favoráveis e acreditam que medidas devem ser tomadas urgentemente, para tentar diminuir as desigualdades existentes entre negros e brancos; e os que são contra, afirmando que tais medidas são uma forma de discriminação, na qual os afrodescendentes são colocados como incapazes de obter “seu lugar ao sol” através do esforço próprio, ou ainda, que esta é uma forma de privilégio.

Um dos exemplos mais utilizados pelos indivíduos que se manifestam contra as Políticas de Ações Afirmativas é o dos Estados Unidos, onde há cerca de cinco décadas havia uma completa segregação entre negros e brancos. O fato é que os Estados Unidos não servem de parâmetro para o Brasil, uma vez que o racismo e o preconceito que lá acontecem são completamente diferentes. Como já dito anteriormente, aqui o preconceito é de marca, ou seja, associado a traços fenotípicos, principalmente as feições, tonalidade da pele e tipo de cabelo,



diferentemente do preconceito de origem, existente nos Estados Unidos, onde um indivíduo é considerado negro mesmo que não apresente essas características, bastando apenas ser descendente de um negro.

Outro exemplo é a Lei das Cotas nas universidades públicas. A maioria da população não sabe do que se trata, estando incluída também grande parcela da população negra. O que acontece na realidade é que as cotas não surgiram com o intuito de diferenciar ainda mais os negros dos brancos, mas propõem, simplesmente, uma disputa entre os iguais, com as mesmas condições e carências. Além disso, os indivíduos esquecem ou desconhecem o fato de que as cotas não são somente raciais, para negros e remanescentes indígenas, existindo também cotas para estudantes oriundos de escolas públicas e as cotas para deficientes físicos.

O que uma grande maioria declara é que as cotas são outra forma de discriminação, e que o negro seria praticamente posto para dentro das instituições, sem provar méritos e capacidade de aprovação no vestibular através dos estudos somente; ou, ainda, que os critérios de definição de quem é, ou não, negro ou afrodescendente, são falhos.

Entretanto, as pessoas não entendem que a forma de seleção do vestibular atual já é, por si só, desigual e discriminatória. O negro, que desde cedo é obrigado a trabalhar para custear os estudos, não tem as mínimas condições de competir em igualdade, com pessoas que exclusivamente estudam, em escolas particulares. Com relação à autodeclaração, a questão é um tanto lógica. Se a maioria das pessoas tenta mascarar suas raízes afrodescendentes, não terá interesse em se autodeclarar afro-brasileiro para obter “benefícios”. Só fará isso quem realmente assume sua raça e sua cor, e quem acredita que as cotas não são uma forma de discriminação e de favorecimento.

Nesse pressuposto, a proposta de cotas nas universidades públicas, segundo entendemos, visa que os negros concorram com negros, visto que todos terão as mesmas condições de competir e provar seu mérito ao ingressar no ensino superior.

Talvez esta não tenha sido a melhor maneira para diminuir as diferenças, uma vez que se não houver uma educação básica de qualidade, de nada adianta investir no ensino superior. Contudo, devido à emergência da situação, é necessário que seja “construída” uma elite intelectual da raça negra, para que, dessa forma, prossiga-se lutando pela igualdade entre as pessoas. Concordamos com a previsão de Paulo Paim sobre a extinção futura das cotas:

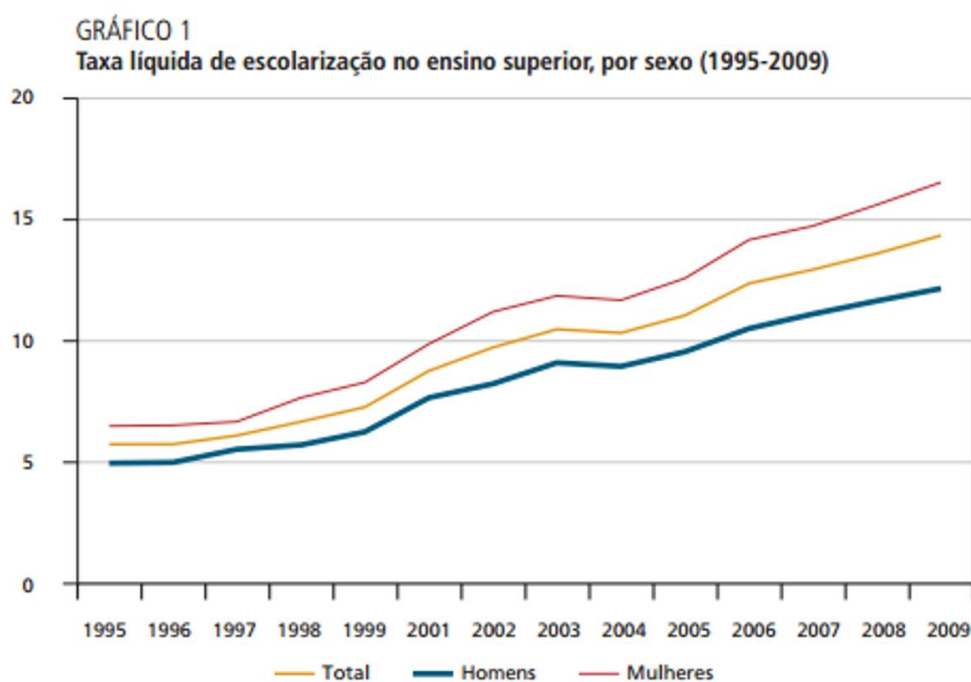
Quando elas não forem mais necessárias [...] não faremos mais uso delas. Quando os espaços forem igualmente distribuídos. Quando os vestígios do preconceito forem extintos. Quando os homens forem valorizados pela sua



capacidade, pelos sentimentos que levam no coração e nunca pela cor da pele, aí estaremos prontos para uma nova era. Estaremos prontos para vivenciar a verdadeira igualdade (2007, p.1).

De acordo com o Dossiê Mulheres Negras (2013), em função desta Política de Cotas, a partir dos anos 2000, houve um crescimento mais acentuado do acesso de afrodescendentes ao ensino superior público. Ainda que esse crescimento tenha sido para ambos os sexos, e que o percentual para as mulheres tenha sido mais elevado, isto não significou igualdade de presença entre homens e mulheres neste nível de ensino, conforme mostrado no Gráfico 1.

623



Fonte: Ipea et al. (2011).

Obs: 1. A PNAD não foi realizada no ano de 2000.

2. Em 2004 passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Fonte: SOTERO, 2013, pg. 38

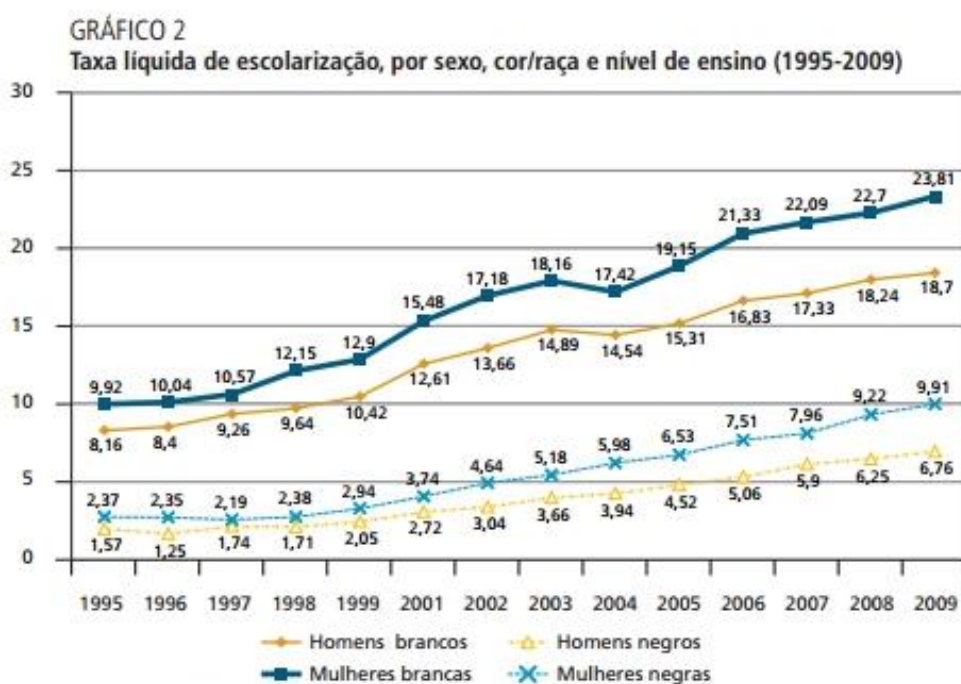
De acordo com a autora, a maneira como os dados estão apresentados no gráfico mascara outras formas de desigualdade, uma vez que não leva em conta diferenças raciais, regionais, ou de estratificação social, como os relacionados a ocupação e rendimentos. Ao se fazer uma separação entre mulheres e homens, levando em consideração a classificação racial, passa a haver uma grande diferença entre mulheres brancas e negras e entre as mulheres negras



e os homens brancos. Maiores ainda são as distâncias se considerarmos os homens negros em relação aos outros grupos de cor e sexo, conforme mostra o Gráfico 2.

A partir dessa análise, pode-se então perceber que em comparação com os homens negros, as mulheres negras são maioria no ensino superior, no entanto, em comparação com os homens e mulheres brancas, o percentual é muito menor.

De acordo com os dados apresentados por Sotero (2013), em 2009, as matrículas femininas representavam 55,1% do total de matrículas, sendo 51,8% no sistema público e 56,3% no sistema privado. Esta tendência também é verdadeira para os homens, entretanto, se tomado como base o ano 2000, a matrícula destes passou a crescer de forma significativa na rede pública.



Fonte: SOTERO, 2013, pg. 39

No entendimento de Sotero (2013), uma tarefa bastante desafiadora e que está recebendo valiosas contribuições de intelectuais do feminismo negro, consiste em como pensar raça, gênero e classe social conjuntamente. Uma análise da intersecção destas múltiplas dimensões constituiria uma superação no interior do próprio pensamento feminista, que tendia



a invisibilizar os diversos eixos de opressão sexista, racista e classista por se basear em uma abordagem universalizante da experiência de ser mulher ou homem, independentemente da raça ou classe social.

Neste sentido, a autora propõe que para estudos futuros, uma questão que deve ser observada é o fato de que as Políticas de Ações Afirmativas de promoção do ingresso em universidades públicas têm beneficiado mais os homens do que as mulheres, mas ainda falta a associação das variáveis raça/cor e sexo, como frisado anteriormente. Deste modo, salienta-se mais uma vez a importância e a pertinência da investigação aqui proposta, na medida em que pretende-se abordar as escolhas profissionais e os planos das jovens dos grupos analisados em relação ao ensino superior, bem como suas percepções sobre as políticas de cotas das instituições. Nas etapas subsequentes desta pesquisa, serão também levadas em conta as contribuições do campo de Gênero e Ciências para o entendimento da participação das mulheres no ensino superior no país.

REFERÊNCIAS

BARTH, Fredrik. **Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras**. In: O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. vol. I. Fatos e Mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

BERNARDINO, Jorge. **Levando a raça a sério**: ação afirmativa e correto reconhecimento. In: BERNARDINO, Jorge; GALDINO, Daniela (orgs). **Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

CARVALHO, José Jorge de. **Ações afirmativas para negros e índios**. nov, 2004. Disponível em < <http://www.tvebrasil.com.br/SALTO/>> Acesso em 15 abr. 2008.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Etnicidade**: da cultura residual mas irreduzível. Revista de Cultura e Política, v. 1, nº 1, 1979.



_____. **Antropologia do Brasil. Mito - história - etnicidade.** São Paulo: Brasiliense, 1987, 2ª edição.

FIGUEIREDO, Ângela. **Gênero:** Dialogando com os estudos de gênero e raça no Brasil. In: Livio Sansone, Osmundo Araújo Pinho (organizadores). **Raça: novas perspectivas antropológicas.** Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução Tomás Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. , 1. reimp. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

MARCONDES, Mariana Mazzini et al (orgs.). **Dossiê mulheres negras:** retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil, Brasília: Ipea, 2013.

MESSIAS, Marta Iris Camargo; SILVEIRA, Paulo Roberto Cardoso da; NASSAR, Carmen Deleacil Ribeiro. **Identidade Negra e Arte-educação em Espaço Não-escolar:** O Caso do Museu Comunitário Treze de Maio. Florianópolis, UFSC, Encontro dos NEABs, 2007 (anais)

_____. **Da maioria silenciosa à minoria mobilizada:** as tensões e contradições na implantação das ações afirmativas na Universidade Federal de Santa Maria. In: SANTOS, Jocélio Teles dos (org). **Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão.** Salvador: CEAO, 2012.

MOEHLECKE, Sabrina. **Ação Afirmativa:** História e Debates no Brasil. Cadernos de Pesquisa, n. 117, p. 197 – 217, Nov. 2002.

MUNANGA, Kabengele. **O negro no Brasil de hoje.** São Paulo: Global, 2006. Coleção para entender.

_____. **Negritude:** usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem:** sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. Revista Tempo Social, vol. 19, n. 1. São Paulo, junho de 2007.

PAIM, Paulo. **Cotas nos meios de comunicação.** Mundo Negro, abril de 2007. Disponível em <<http://www.mundonegro.com.br/noticias/index.php?noticiaID=16>> Acesso em 23 set. 2007.

PAIXÃO, Marcelo; CARVANO, Luiz M. Censo e Demografia: A variável cor ou raça no interior dos sistemas censitários brasileiros. In: Livio Sansone, Osmundo Araújo Pinho (organizadores). **Raça: novas perspectivas antropológicas.** Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008.

PINHO, Patrícia de Santana. **Reinvenções da África na Bahia.** São Paulo: Annablume, 2004.

RAYNAUT, Claude. **Interdisciplinaridade:** mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e à aplicação de conhecimento. IN: PHILIPPI Jr., Arlindo e SILVA NETO, Antonio



J. (editores). **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia e Inovação**. Barueri, S.P: Editora Manole, 2011.

SANSONE, Lívio. **Urbanismo, globalização e etnicidade**. In: Livio Sansone, Osmundo Araújo Pinho (organizadores). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008.

SILVA, Eveline Pena da. **Cia de Dança Afro Euwá-Dandaras: um estudo sobre a (re)significação identitária e étnica em jovens negras na cidade de Santa Maria/RS**. Dissertação – Mestrado em Ciências Sociais, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

SOTERO, Edilza Correia. **Transformações no acesso ao ensino superior brasileiro: algumas implicações para os diferentes grupos de cor e sexo**. In: MARCONDES, Mariana Mazzini et al (orgs.). **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**, Brasília: Ipea, 2013.

VÍCTORA, Ceres Gomes. **Pesquisa Qualidade em Saúde: uma introdução ao tema**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.